



CÂMARA MUNICIPAL DE ARINOS - MG

Telefone: (38) 3635-1347

Rua Professor Benevides, 385 - Centro - CEP 38.680-000 - Arinos-MG
E-mail: camaraarinos@hotmail.com - Site: www.camaraarinos.mg.gov.br

PARECER CONJUNTO Nº 98/2023

PROJETO DE LEI Nº 41/2023

**COMISSÕES DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO; DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; E DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA
RELATOR VEREADOR GILMAR VENDEDOR**

RELATÓRIO

De autoria do Prefeito, o projeto de lei em epígrafe “*dispõe sobre a regulamentação da Assistência Financeira Complementar repassada pela União Federal visando dar cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 14.434, de 4 de agosto de 2022 que instituiu o piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira*”.

Recebida e publicada no quadro de avisos em 15 de setembro de 2023, a proposição foi distribuída às Comissões de Legislação, Justiça e Redação; de Administração Pública e de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas e Fiscalização Financeira, para exame conjunto, uma vez que foi determinada a sua tramitação em regime de urgência, nos termos do art. 187 do Regimento Interno.

Em síntese, o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei em exame visa regulamentar a assistência financeira complementar da União ao Município de Arinos visando dar cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 14.434, de 4 de agosto de 2022, que instituiu o piso salarial do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira.

20/Set/2023 000012721: CAMARA MUNICIPAL



CÂMARA MUNICIPAL DE ARINOS - MG

Telefone: (38) 3635-1347

Rua Professor Benevides, 385 - Centro - CEP 38.680-000 - Arinos-MG
E-mail: camaraarinos@hotmail.com - Site: www.camaraarinos.mg.gov.br

No plano da competência legislativa, a proposição não contém vício, pois trata de questão de interesse local, nos termos do art. 30, inciso I, da Constituição Federal.

Quanto à iniciativa, deve-se destacar que o impulso de matérias de tal natureza compete exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo, tendo em vista tratar-se de remuneração dos servidores da Administração Direta, conforme prevê o inciso I do art. 58 da Lei Orgânica.

No plano jurídico constitucional, cumpre ressaltar que, em 14 de julho de 2022, foi editada a Emenda Constitucional nº 124, que instituiu o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira.

Essa Emenda acrescentou ao art. 198 da Constituição Federal os seguintes arts. 12 e 13:

Art. 198.

§ 12. Lei federal instituirá pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira, a serem observados por pessoas jurídicas de direito público e de direito privado.

§ 13. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, até o final do exercício financeiro em que for publicada a lei de que trata o § 12 deste artigo, adequarão a remuneração dos cargos ou dos respectivos planos de carreiras, quando houver, de modo a atender aos pisos estabelecidos para cada categoria profissional." (NR)

Para regulamentar o referido dispositivo constitucional, editou-se a Lei Federal nº 14.434, de 4 de agosto de 2022, que estabeleceu o piso salarial



CÂMARA MUNICIPAL DE ARINOS - MG

Telefone: (38) 3635-1347

Rua Professor Benevides, 385 - Centro - CEP 38.680-000 - Arinos-MG
E-mail: camaraarinos@hotmail.com - Site: www.camaraarinos.mg.gov.br

nacional dos Enfermeiros em R\$ 4.750,00; dos Técnicos de Enfermagem em R\$ 3.325,00 e dos Auxiliares de Enfermagem e Parteiras em R\$ 2.375,00.

Tendo em vista a dificuldade financeira dos estados e dos municípios em cumprir a obrigação de pagamento do piso salarial a tais profissionais, o Governo Federal, por meio do Ministério da Saúde, publicou a Portaria GM/MS nº 1.135, de 16 de agosto de 2023, na qual estabelece os critérios e procedimentos para o repasse da assistência financeira complementar da União destinada ao cumprimento desse piso salarial referente ao exercício de 2023.

Nesse contexto, o projeto de lei em exame regulamenta, no âmbito do Município de Arinos, a assistência financeira complementar prestada pela União a fim de cumprir o previsto na mencionada lei.

O art. 2º do projeto de lei em apreço consigna que:

Art. 2º Considera-se piso salarial para os fins desta Lei o valor remuneratório dos profissionais, equivalente ao somatório do vencimento básico (VB) e as vantagens pecuniárias de natureza Fixa, Geral e Permanente (FGP), não sendo computadas, dessa forma, parcelas indenizatórias, vantagens pecuniárias, variáveis, individuais ou transitórias.

O art. 3º deixa expresso que o valor da assistência financeira não altera o vencimento básico dos respectivos servidores. Os arts. 5º e 7º, por sua vez, destacam que o pagamento do piso salarial fica condicionado ao repasse financeiro da União.

Quanto aos aspectos orçamentário e financeiro, o relatório anexo aos autos do projeto de lei prevê uma estimativa de gasto com o pagamento do piso salarial do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da

20/Sel/2023 000012721: CAMARA MUNICIPAL



CÂMARA MUNICIPAL DE ARINOS - MG

Telefone: (38) 3635-1347

Rua Professor Benevides, 385 - Centro - CEP 38.680-000 - Arinos-MG

E-mail: camaraarinos@hotmail.com - Site: www.camaraarinos.mg.gov.br

parteira de R\$ 299.475,36, referente a 8 meses do exercício corrente; de R\$ 497.877,79 em 2024; e de R\$ 512.814,12 em 2025.

Com o pagamento desse piso salarial, o percentual de gasto com despesa de pessoal nos últimos 12 meses é de 47,36%, ou seja, está abaixo do limite legal (54%).

Ainda segundo o relatório, os recursos para o pagamento do piso advém do Fundo Nacional de Saúde e correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

- 02.07.04.10.301.0014.2073.3.1.90.04.00
- 02.07.04.10.301.0014.2073.3.1.90.11.00

Por fim, conforme declaração firmada pelo senhor Prefeito, há recursos para realizar o gasto com a referida despesa, a qual tem compatibilidades com a LOA, LDA e PPA.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, concluímos pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e adequação regimental do Projeto de Lei nº 41, de 2023, e, quanto ao mérito, votamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 2023.


Vereador GILMAR VENDEDOR
Relator

20/Set/2023 000012721:CAMARA MUNICIPAL